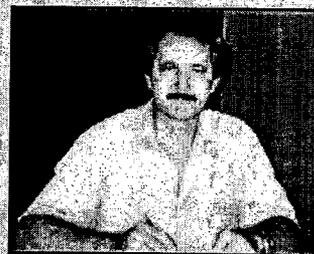


**A universidade e a formação de professores*****Interagir - Como está a educação no Brasil? Quais os maiores desafios educacionais para o país no contexto atual?***

Esta é uma questão complexa, porque demandaria fazer um percurso bastante largo para entender de onde partimos e onde estamos e o desafio que temos pela frente. Em definitivo, digamos, é preciso dizer que, do ponto de vista da educação, o Brasil tem uma dívida imensa. Isso tanto do ponto de vista do acesso, já que milhares de crianças ainda não chegam na escola, quanto da permanência dos que estão na escola. A outra dívida é com 60 milhões de jovens ou adultos sem nenhuma escolaridade (perto de 17 milhões) ou com apenas 1 ou 2 anos de escola. Então, sob esse aspecto, não dá para dizer que a educação no Brasil vá indo bem.

Por outro lado, nós, nos últimos 40 anos, para não recuar mais no tempo, tivemos um longo período de ditadura, que foi de 64 ao fim da década 70, tivemos uma transição complicada, mas com muita discussão na sociedade (Todo processo da LDB, de constituinte, depois LDB, plano nacional). Houve uma grande mobilização, dos educadores, das associações científicas, das universidades, para aquilo que a gente entendia como um projeto societário e educacional alternativos, com uma democratização do acesso, uma democratização do percurso e do conhecimento e uma gestão democrática do sistema educacional.

A década de 90 nos deu uma enorme decepção, no sentido de que nós transitamos de uma ditadura civil militar para uma ditadura de mercado sob os auspícios da ideologia neoconservadora ou neoliberal, tanto no campo organizativo quanto no campo especificamente pedagógico. Penso que foram 10 anos de profun-



Entrevista realizada com o Professor Gaudêncio Frigotto, Professor Titular da Faculdade de Educação – Universidade Federal Fluminense/UFF.

Entrevista conduzida por
Sônia Mendes

do desmonte organizativo, do ponto de vista do financiamento, da privatização interna, do ponto de vista de encarar a educação básica não como direito, mas como serviço, de organizar todo o conjunto de campanhas que até diminuem ou banalizam o papel do professor (*Amigos da Escola*, *Adote uma Escola*, além de *Padrinhos da Escola* e, ultimamente, *Voluntários da Escola*). Essas campanhas indicam, do ponto de vista organizativo, que nós tivemos um profundo desmonte da escola pública e um transitar de uma concepção do direito para uma concepção da filantropia, de alívio à pobreza e, em suma, de uma perspectiva muito pobre da educação básica como direito.

Mas, mais grave, é a penetração profunda do pensamento mercadológico, empresarial e privatista no ideário pedagógico brasileiro da educação. Poderia afirmar, sem exagero, que nem a ditadura conseguiu fazer isso. Ditadura é sinônimo de falta de hegemonia. O campo da educação de jovens e adultos é um exemplo desta disputa. A própria ditadura não pôde deixar de ter o Mobral, não era o que nós queríamos, mas era uma restituição voltada para o programa de estado.

Atualmente, a educação para jovens e adultos, salvo as experiências das universidades, está relegada a algumas ONGs, ou situada no PLANFOR, em cursos, em sua grande parte, para reinserir os jovens ou adultos no mercado de trabalho com uma visão extremamente pragmática e não de um direito. E, mais amplamente, toda a perspectiva da pedagogia das competências, da empregabilidade e os instrumentos de avaliação, tal como foram utilizados, reduziram a concepção de educação integral à concepção restrita e unidimensional de uma educação que já não é básica, mas restrita, pautada pelos objetivos do mercado, e como nós sabemos, essa pedagogia é uma pedagogia que ensina o que apenas serve ao mercado. Obviamente que isso tem contradições até do ponto de vista de satisfazer esse mercado.

Apesar disto, no percurso desses anos todos, houve uma mobilização da sociedade em todos os campos e uma resistência ativa com experiências em prefeituras, com projetos das universidades, com algumas ONGs importantes, com os movimentos sociais. Foi também se construindo, na contra-mão, experiências e práticas

educativas que tiveram um peso no sentido de, 503 anos depois, pela primeira vez, o Brasil eleger um Silva como Presidente da República. Acho que isso não é pouco, não é desprezível, e mostra que nem tudo foi derrota. Existe uma parte da sociedade significativa que avançou imensamente nesse campo. Qual é o desafio agora? Um desafio enorme, que é o de construir e desconstruir ao mesmo tempo. O desafio de desconstruir é lento, é complexo, ele tem muita coisa que foi entranhada, não só na população, especialmente nas massas populares, mas também nos professores, nos dirigentes, e, de outro lado, uma pressa histórica de fazer a travessia. Como lembra muito bem Francisco de Oliveira em um texto sobre o “navegar na neblina”, cuja metáfora ele toma de uma música do Paulinho da Viola, de quando a gente está na neblina, o mestre ensina que a gente tem que ir devagar e olhar fundo. Nós estamos nessa situação: uma travessia complexa no campo econômico-social, cultural e educacional. Na verdade, o grande desafio do campo educacional é o de resgatar o sentido público da escola básica, mas não só dela, também da escola de ensino médio e superior. Em todos os níveis, além de resgatar o sentido público, é necessária uma ampliação, uma reestruturação da capacidade e do trabalho. Eu creio que há vontade política para isso, embora nesses primeiros seis meses não dê para sentir uma clara mudança de rumo. Então, o velho ainda é mais forte que o novo, mas o novo existe porque ele percorreu esse tempo todo. Oxalá a gente não permaneça muito tempo com o velho, ou não caia na tentação de reiterar o velho, esse é um risco.

Interagir - Qual a importância de se pensar a formação de professores – inicial e continuada – para enfrentar esses desafios no momento atual? Como se pode avaliar as políticas no país com relação à formação continuada?

Ontem eu estava ouvindo o programa A Voz do Brasil, no qual se noticiava o lançamento de um convênio da Presidência da República e do Ministério da Educação com a Confederação das Indústrias, SESI, sobre a alfabetização de quatro milhões de jovens e crianças, e o Presidente da República fazia uma declaração da necessidade

de se recuperar as escolas públicas, de se recuperar a dignidade do professor etc. Sem dúvida existem dois níveis de ação urgentíssima do ponto de vista do trabalho e da formação do professor. O primeiro é a necessidade de se resgatar minimamente a dignidade da função de ser professor, no sentido das condições de trabalho, do tempo de trabalho, da remuneração. No III Fórum Social Mundial tive a oportunidade de participar de duas mesas, uma como debatedor e outra como assistente, organizadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) e que relatavam dados de uma pesquisa sobre as doenças do trabalho do professor, a desistência do professor do campo do magistério etc. Este é um terreno que, no Brasil, foi sendo violentado de forma abusiva. E isso tem um reflexo brutal sobre a qualidade da escola pública. Paralelo a isso, se coloca a política de formação do professor. Sem dúvida são desejáveis uma formação completa em nível superior e uma permanente atualização para que os professores não parem no tempo. Esses parecem que são dois enormes desafios e duas enormes necessidades. A recente portaria sobre a avaliação do magistério da educação básica em nada ajuda nisso. Pelo contrário, apenas reedita o passado.

E, sem dúvida, a universidade tem um papel fundamental na formação dos professores. Mas tem que dispor de mais recursos para isso, e, sobretudo, de mais professores. Nós temos uma necessidade exponencial, e ao mesmo tempo uma possibilidade exponencial, de um crescimento de trabalho e de ir abandonando cada vez mais a idéia de uma educação tópica. Então, de fato, o professor deve se habituar, permanentemente, e em alguns momentos com mais intensidade, a voltar a discutir o seu campo específico, e seu campo específico na relação com os demais. Até onde consigo perceber nos múltiplos debates que tenho feito e participado com professores, vejo que uma das preocupações do professor é melhorar seu campo de conhecimento. O professor também anda inseguro, até porque há uma confusão enorme entre a avassaladora massa de informação que o jovem recebe através dos jornais, da mídia (alguns pelo menos) e o conhecimento. Claro que a televisão atinge praticamente a todos, mas esta massa de informações não veicula conhecimento, especialmente conhecimento crítico, conhecimento analítico. Ela veicula infor-

mações e, muitas vezes falso conhecimento, ideologia pura. O professor tem que estar preparado, de um lado, e com tempo, de outro, para entender a matéria outra que o alunado traz do seu meio, não para negá-la imediatamente e nem afirmá-la simplesmente, mas tomá-la como ponto de partida e dialogar com o campo específico que é a organização do conhecimento, de tal sorte que, se o jovem vê na televisão que tomar tal pílula emagrece durante tanto tempo, o professor possa tomar esse exemplo e trabalhar em uma aula de Biologia o que pode significar uma violência de emagrecer 12 quilos em 30 dias. A educação continuada tem a virtude de dar ao professor um campo de segurança e de satisfação. Nós ficamos muito contentes quando conseguimos ter um tempo bom para preparar uma aula ou quando a gente consegue participar de um seminário, freqüentar um curso, pois saímos de lá com ângulos diferentes da situação. São esses os dois desafios. Um de reestruturar e dar um novo alento ao professor nas suas condições de trabalho, nas suas condições de salário e no seu reconhecimento social, e outro de dar a ele a possibilidade de seguir aprofundando seus estudos até em nível de mestrado e doutorado, mas não necessariamente. O importante é que tenha o direito e a possibilidade de ter uma educação continuada.

Interagir - E ainda quanto à formação inicial e continuada de professores, qual é a sua análise sobre o papel da universidade nesses dois momentos de formação do professor? Os cursos superiores para a formação dos professores estão sendo implantados de forma adequada? E como você analisa o papel da universidade na formação continuada?

Este é um nó górdio complexo, porque, se de um lado nós estamos de acordo que é fundamental o professor ter uma seqüência em seus estudos, e a profissionalização efetiva se dá no nível superior, do outro lado nós temos que nos perguntar qual é o nível superior. Acho que há uma perversidade hoje nisso. Qual é essa perversidade? Que a lei obrigue, como muitos querem interpretar, que todo mundo tem que

ter o nível superior (acho que há, aí, toda uma interpretação que não necessariamente é compulsória da forma com que é colocada, mas que está, de fato, no imaginário do professor), e muitas escolas, especialmente privadas, pressionam esse professor para que até 2004/5 ele tenha o nível superior e, assim, se não o fizer, há uma ameaça de perder o emprego. Percebo, daqui do Rio de Janeiro aos confins do Brasil, uma certa histeria, uma tensão brutal. O governo anterior descuidou absolutamente da expansão do ensino superior, da universidade pública, do setor público e, no caso do Rio de Janeiro e de mais três ou quatro estados, as vagas no ensino superior público diminuíram nos últimos anos. Em contrapartida, só em dezembro foram criados mais de 400 cursos superiores privados no Brasil. Há cursos de toda a natureza. Para se ter uma idéia, e isso é espantoso, fui dar aula inaugural este ano no curso de Pedagogia da Estácio e tomei conhecimento de que nesta universidade empresarial há 7.500 alunos de Pedagogia. (Registro aqui que embora eu tenha feito uma crítica dura ao pronunciamento do dono da Estácio, há um ano atrás, quando ele disse que a Estácio se interessava por negócio, lá existem centenas de professores, colegas da gente, com mestrado e doutorado feitos na UERJ, na UFRJ, na PUC, na UFF, e que fazem um trabalho sério. Eu não me nego a ir fazer uma conferência de abertura se esses colegas me convidarem para fazer) Mas eu diria que seria injusto se eu unidimensionalizasse, dizendo que o problema de tratar a educação como negócio provém apenas da Estácio. Em São Paulo, a Faculdade do Di Genio (dono do grupo Objetivo) é a maior universidade privada do Brasil. O Positivo e o Pitágoras estão montando uma megaestrutura. E, aí, acho que o caso da Estácio não é o mais grave. É grave, mas há outros tão ou mais graves. Então, se você vai examinar que tipo de curso faz esse professor, as condições em que ele trabalha, é temeroso dizer que nós estamos formando em nível universitário. Acho que nós estamos formando uma massa de professores, e isso vai ser um problema logo adiante, num tipo "escolão" de terceiro grau. Ainda que por princípio a gente concorde com a importância do curso superior, nós temos que cobrar, e a sociedade tem

que cobrar, uma severa análise das condições dessas instituições. O ministro tem se pronunciado até positivamente nesse sentido, e nós estamos querendo indicar uma ampliação exponencial de vagas no ensino superior público.

Outro problema é o Normal Superior, que também é um outro "filão" de mercantilização da educação que ocorre atualmente no Brasil. Quem quer ganhar dinheiro fácil hoje monta um normal superior privado. Não exige nada além de quatro paredes, um galpão, "cuspe, giz e vamos lá!" Eu conheço alguns colegas que até defendem o Normal Superior porque participam de experiências interessantes. O risco é de tomar-se a parte pelo todo. Em definitivo, o Normal Superior também acabou descaracterizando o que era a formação do professor da primeira à quarta, o normal médio, e também não está formando um universitário em sentido pleno.

Estamos diante, pois, de realidade muito complexa, e o desafio é saber como desestruturar aquilo que já está posto e não serve e como sinalizar para um novo rumo. É um trabalho que nós temos que fazer no âmbito da contradição. Não é "sim ou não", é "sim e não". A realidade está posta aí. O que nós temos que reivindicar, e isso é uma exigência da sociedade, é que o resultado de um curso superior não seja apenas papel e dinheiro ganho. O próprio ex-ministro Paulo Renato, numa entrevista recente, reconheceu que se ganhou muito dinheiro com o ensino privado. E é um fato, ele mesmo montou sua empresa de negócios com o ensino.

O que precisamos de fato é dilatar o espaço específico dessa formação mais sólida na universidade pública, onde há pesquisa, há extensão, onde há ensino e há ampla liberdade de pensar, de construir o novo. Este é o espaço mais adequado e democrático da formação do professor para os novos tempos.

Interagir - Uma parcela significativa dos professores dos grandes centros urbanos já concluiu ou está realizando um curso superior. Isso pode indicar melhoria da qualidade de ensino ou ainda é cedo para se considerar a formação superior do professor como aspecto central na produção do sucesso escolar?

Se retomar o exemplo das megaempresas do negócio do ensino superior (Estácio, grupo Positivo, grupo Pitágoras, entre outros) que fabricam, numa perspectiva de escolão de terceiro grau, milhares de pedagogos, advogados, economistas, administradores, pessoal de turismo, e os coloca na disputa de trabalho, acho que nós vamos ter um outro problema em seguida. Ao invés de termos uma política de educação continuada, nós temos que fazer uma política de “educação recuperada”! Muitos destes jovens formados vão, em seguida, ampliar um outro “filão” do negócio da educação - a especialização. Há alguns destes cursos em universidades públicas muito bons. E para aquele que não quer se dedicar à pesquisa, às vezes é muito melhor um curso de especialização, que se refere ao campo em que ele está atuando. Isto seria muito mais interessante. Então, na verdade, nós teremos um número enorme de diplomados, mas não necessariamente de formados no sentido de que tem uma formação adequada para atuar na escola básica.

Interagir - Na sua avaliação, como a educação pode se transformar em um instrumento efetivo de inclusão social? E qual é o papel que se espera dos professores nesse processo?

Acompanho no Rio de Janeiro com bastante detalhe e um pouco no Brasil essa problemática. Acho que no Rio de Janeiro, por exemplo, o trabalho que a UERJ vem fazendo, não só na sede do Maracanã, mas em Caxias, em São Gonçalo, assinala para uma grande ampliação da inserção da universidade no apoio a prefeituras, no apoio a programas de educação continuada mediante cursos de atualização, aperfeiçoamento e especialização, pela realização de seminários que problematizam e que abrem horizontes e na efetivação de pesquisas que tentam captar um

pouco mais profundamente esta realidade. Percebo que vem se dilatando, ampliando em uma direção densa. A UFF também, do ponto de vista da especialização, tem vários cursos, tem programas com algumas prefeituras também, não talvez na mesma intensidade que a UERJ. A PUC tem programas interessantes, a UFRJ também. Assim mesmo, tenho a impressão de que a universidade não está fazendo suficientemente aquilo que é demandado. Diria que a gente atende 10%, mas eu acho que há um trabalho crescente, até surpreendente pelas condições com as quais nós trabalhamos. Há semanas em que na minha universidade não tem telefone, porque foi cortado, porque não se pagou a conta. A UFRJ, na mesma situação... Há momentos em que não se tem papel para imprimir um texto. Há momentos em que não se pode freqüentar o banheiro porque não há o mínimo de condições. Então é um pouco caricatural, mas, dentro dessas condições, eu acho que a universidade, pelo menos parte da universidade, ela não é homogênea, faz muito. Percebo com clareza que é na universidade pública onde existe maior densidade de trabalho. Os profissionais da educação sabem disso. Hoje nós somos procurados por pessoas que não são só professores, pessoas ligadas ao movimento social, movimento sindical, e este também é um trabalho educativo importante.

Interagir - Quais as suas expectativas/esperanças para a educação no país nos próximos anos?

São muitas as expectativas e os desafios. Creio que nós, professores, podemos ter diferentes saídas. Uma delas é entrar na chamada “pedagogia da fossa” e nos deixar envolver em uma profunda depressão. Motivos para isso existem, e muitos. A outra possibilidade é sair arrebrandando, dando murros, dizendo: “Bom, eu recebo pouco, me reconhecem pouco e eu vou dar pouco. Vou fazer corpo mole”. Na minha avaliação as duas saídas são equivocadas e suicidas. Não se trata de um julgamento moral, mas político. A história nos mostra que a gente tem que ir construindo na contra-mão, no conflito, na contradição, cada vez mais condições de trabalho que nos permitam, aí sim, poder exercer a nossa função de professores-educadores, com domínio técnico, científico e ético-político. Esse, na minha

perspectiva, é o horizonte a pautar. Precisamos de embate político para conquistar nossos direitos e, ao mesmo tempo, uma formação que nos capacite para ter um posicionamento frente ao avassalador monopólio da informação, a programas como o Big Brother, ou sobre a guerra do Iraque, em que o mundo, não só o Iraque, é a vítima, ou sobre a questão dos acordos internacionais, a ALCA, ou o Movimento dos Sem-Terra, independentemente de sermos professores de educação infantil ou de pós-graduação, de Matemática ou de Física. Um professor que não se diga neutro e que, portanto, não seja alienado. Trata-se de um professor leitor do mundo, como diria Paulo Freire. Alguém que vive intensamente o seu tempo e que tem uma formação que lhe permite ter o domínio do campo em que ele vai construir conhecimento com seus alunos, ou vai socializar conhecimento. A gente não só constrói, também repete, e repetir não é um mal. Há coisas que nós temos que repassar, sem dúvida, e isso não é nenhum crime, mas repassá-las “resignificadas”, dando-lhes sentido, e não como um dado. Isso implica sempre um reconstruir, sem dúvida. Um professor que leve o aluno e ele mesmo a capacitar-se, a entender a ciência, o conhecimento que existe nas coisas que são analisadas e, especialmente, alguém que tenha consciência ética, cidadã, política, de buscar uma sociedade que não exclua, mas que garanta direitos. Em suma, que os seres humanos possam ter uma perspectiva de futuro, porque esse é o grande drama. O jovem hoje não tem perspectiva de futuro, e o professor também tem dificuldade de lhe dar isso. Nós temos que arrancar da dura realidade que vivemos esta possibilidade. Não pode ser de forma ingênua, nem voluntarista, ela tem que ser construída pela análise que nós fazemos. Na primeira questão que você me colocou, se a gente unidimensionalizar, poderíamos afirmar que o que se constrói hoje para os jovens é tudo derrota. Mentira! Essa visão diminui até a possibilidade política de alternativa. Foi dentro desta aridez, de ditaduras, golpes, violência, cassação de professores, desmonte da universidade, que se demorou 503 anos para se ter um trabalhador Presidente. Mas no espaço de profundas contradições teve um momento em que a sociedade disse “basta!”. O que nós vamos fazer daqui por diante é uma outra história e um enorme desafio, mas acho que nós temos que aprender

com isso. Nós vamos construir a outra história na organização, na luta e no trabalho solidário.

Estou cheio de esperança, mesmo que os sinais iniciais sejam os de que talvez o medo venha vencendo a esperança. Uma espécie de inversão da frase emblemática do Presidente “a esperança venceu o medo”. Esse é apenas um ponto de partida, no meu ponto de vista. É um ponto de chegada importante, mas é um ponto de partida desafiador.

O desafio, talvez, seja o de transformar a esperança em utopia, porque a esperança pode ficar uma vez mais na esperança, no juízo final. E nós não podemos esperar. Eu não quero o juízo final! É necessário agora que essa esperança nos leve a outro lugar, já que o significado de utopia não é estar em nenhum lugar, mas é estar num outro lugar. E estar num outro lugar é saber resgatar esse fio de água histórico, este outro lugar que nós estamos construindo: uma pedagogia crítica, uma escola que trabalhe o ser humano integralmente, que desenvolva a capacidade de humanização e emancipação. Precisamos que este outro lugar que está sendo construído se dilate. Se dilate na sociedade, no acesso aos bens mínimos de sobrevivência, se dilate na distribuição de renda, se dilate na reforma agrária, se dilate no campo educativo. Ao contrário do que a mídia inculca nas pessoas, acho que nós temos muito que aprender do que se forjou no Movimento dos Sem-Terra, ou em pelo menos em alguns âmbitos do Movimento dos Sem-Terra, já que o Movimento dos Sem-Terra também não é homogêneo. Temos que aprender com a pedagogia e a luta dos Sem-Terra. Como nos ensina, em seu livro, Roseli Salete Caldart, a Pedagogia do MST é uma pedagogia que não começa na escola e nem acaba na escola, começa na sociedade e termina na sociedade, mas tem na escola um espaço fundamental. Fundamental porque, mal ou bem, para a massa enorme das classes populares, a escola, e a escola pública por excelência, é onde eles vão ter direito de acessar minimamente o conhecimento que lhes é necessário para sua constituição como sujeitos e constituição de sua humanização. Para as classes populares, o papel da escola não é pequeno. Mas não é qualquer escola. É, antes de tudo, uma escola que os reconheça como sujeitos de direitos na totalidade de suas necessidades. É por isso que nós temos que guerrear fortemente, lutar fortemente para res-

gatar uma escola pública unitária que seja capaz de transitar do local e do particular ao mais universal, porque é nesse percurso que as pessoas ganham graus maiores de compreensão do mundo e ganham graus de humanização. A escola que não emancipa, a escola que não humaniza, ela mutila, e a nossa escola, sobretudo, é uma escola que mutila. Então, temos uma oportunidade, vamos ver se a gente a agarra com todas as contradições e conflitos.

Gostaria de concluir esta questão lembrando João Cabral de Melo Neto, em que ele, em um de seus poemas, diz que “se a gente entrar num pântano de terno branco e sair de terno branco, a poesia perdeu a graça”. Então, essas duas metáforas, uma que colhi da leitura do texto do Chico de Oliveira, que diz que quando se navega na neblina tem que se navegar muito devagar porque a travessia é complicada, e esta metáfora que diz que nessa travessia nós estamos metidos até a cabeça, nos dão a medida de como andar neste futuro-presente que nós temos que construir, na sociedade e na educação.

Interagir - E que os professores façam uma opção ético-política por uma escola que beneficie a classe trabalhadora...

Este é um grande desafio. Este é o ponto mais avançado e crucial da formação de alguém que não seja simplesmente professor, mas educador. Participe de um projeto de sociedade que supere as relações sociais de exclusão. Seria o requinte de uma formação de fato qualificada e de fato que permita ao professor ser ele um sujeito emancipado e consciente e que, portanto, reivindique e lute para que seus alunos tenham isso. Esse seria um horizonte auspicioso. Mas os professores têm que tomar consciência de que eles são hoje uma categoria enorme e de que isto não é gratuito. Só a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) tem mais de 700.000 profissionais de educação. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) até poucos dias atrás estava sendo dirigida por um professor. Então, dentro do destroço que sofreu o mundo do trabalho e, digamos, da inibição que tiveram os sindicatos, como o dos metalúrgicos e o dos bancários, hoje a categoria dos professores tem uma enorme responsabilidade na direção que se aponta

de se vincularem a movimentos sociais progressistas, partidos políticos progressistas, sindicatos combativos etc. Isso faz parte não só da educação política, mas da possibilidade de se fazer uma educação no seu plano científico, técnico e também ético-político adequado. Fico muito satisfeito quando percebo que em programas da UERJ, programas da UFF, programas da UFRJ, programas da PUC, companheiros fazem trabalhos tão significativos nessa direção.

Interagir - Sabemos que a extensão funciona, pelo menos numa parte de seus projetos, como laboratório, onde os coordenadores têm a oportunidade de manter contato com professores da rede pública, aprofundando determinadas questões, fazendo educação continuada, entre outras, mas eles não conseguem ampliar além desse pequeno laboratório. Nós, dentro da Universidade do Estado, temos trabalhado muito com esse incentivar de projetos, pequenos laboratórios que têm uma capacidade de formar professores e também de agregar conhecimento, desenvolver ciência e tal. Essa experiência seria ainda importante para a universidade?

Eu tive a oportunidade de acompanhar uma tese defendida na UNICAMP há uns 10 anos sobre essa discussão da extensão, ensino e pesquisa, da autoria de José Fagundes. Ele defendia a tese de que, historicamente, a função contínua da universidade era pesquisa e ensino. A extensão tem sido conhecida, enquanto atributo específico, como algo muito recente na história, mas que, de todo modo, a extensão efetiva é aquela que deriva dessas funções principais da universidade, que são o ensino e a pesquisa. Concordo com essa tese. Por isso, sem dúvida nenhuma, este conjunto de trabalhos laboratoriais, mas com possibilidade de ampliação, é uma forma da universidade, organicamente, derivar da sua pesquisa, do seu ensino, ações de intervenção permanente na realidade educacional, social, cultural e política. Sabemos do trabalho sério de extensão na área da formação de professores, Medicina Social na UERJ, outros projetos na área

do Direito Social, na área da Biotecnologia... O que tem que se prestar atenção é que essa extensão somente será substantiva se ela tiver continuidade e se ela estiver organicamente ligada às atividades de ensino e pesquisa. É por isto que quando você faz um programa de formação continuada, ele tem um ângulo da extensão, porque não é uma atividade que se faça especificamente dentro da universidade, ele vai ter uma inserção num município, em uma região. Isso implica em conhecer aquela realidade mais ampla. Envolve, pois, diagnóstico, pesquisa, ensino. Essa é a extensão a ser afirmada, na minha avaliação. O que me parece que não traz muito efeito seriam programas que não têm continuidade e transformar a extensão numa espécie de "vala comum" para aquilo que é tudo, um "apagar fogo", um "balcão". Esse é um risco. Agora, uma extensão que tem uma perspectiva de continuidade, tanto de uma proposta de trabalho, quanto de ficar mais tempo com uma comunidade, e que a própria sociedade vá reconhecendo que lá existe algo de substantivo para ser buscado, me parece crucial. Noto que no Rio de Janeiro a UERJ se constitui num espaço catalisador de uma massa de jovens que vêm dos grupos sociais mais excluídos. E, agora mesmo, com essa controversa posição da política da reserva de vagas, acho que a idéia é muito interessante, embora a maneira com que foi imposta à universidade tenha sido equivocada. Acho uma sinalização importante. "Por

que a UERJ?" Porque há uma demanda e há uma abertura. Penso que a administração da UERJ terá muito trabalho para sustentar uma coisa que é tremendamente complexa. Se a proposta que veio da Assembléia Legislativa fosse menos populista e oportunista, o encaminhamento poderia ser outro. Temos que reconhecer que há uma dívida real, conta de quatrocentos anos de escravidão. Poderia ter se pensado o seguinte: vamos expandir em 20% as vagas da universidade em um período "x" e vamos fazer um programa de discriminação positiva. Para isso vamos aportar recursos para contratar tantos professores também, pelo menos no tempo que dura esse convênio, e para materiais específicos para esses alunos que chegam na universidade com uma realidade fruto não da diferença, mas da desigualdade. Com isso não se desorganiza a universidade e não se permite argumentação casuística ou preconceituosa. Mas eu não quero neste espaço avançar nesta polêmica. Este é tema importante que apenas desejo registrar.

Para finalizar esta conversa, creio que é importante salientar que UERJ é uma instituição que, talvez pela sua inserção cada vez maior na sociedade, atrai uma crescente população oriunda das classes populares, especialmente na área de ciências humanas. Agora, com as cotas, isso se amplia para todos os cursos. Uma razão a mais para pensar a extensão vinculada organicamente à pesquisa e ao ensino.